

## Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e cinco

Estiveram presentes à reunião: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sr. André Luiz C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sra. Edna F. de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Gilberto L.M. Selber, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho; Sr. José Araújo S. Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Carlos P. de Freitas, representante do Movimento Sindical; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap.N. Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Dr. Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Dra. Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Antonia Bersi, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Dr. Edison M. Silveira, representante suplente dos serviços de saúde municipais; Sra. Isabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Dra. Ivanilde Ribeiro, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Sr. João das Graças Silva, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. José Augusto de Souza, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sr. Ronaldo de Almeida, representante suplente do Movimento Sindical; Sra. Salma R.R. Balista, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Soeli A.M. Gava, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Suely F. de Oliveira, representante suplente do Movimento Sindical; Sra. Zilda P. Colombo, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; conselhos locais de saúde. Justificaram ausência: Sra. Elizabete G. Miranda, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Ericino Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sra. Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. José Augusto de Melo, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Luverci C. Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Dra. Mary Ângela Parpinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sra. Solange Ap. Moraes, representante dos prestadores de serviços hospitalares. Faltaram: Dr. Carlos Frazatto Jr., representante das associações de aposentados; Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Dr. João Plutarco R. Lima, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Luiz Rezende, representante do Movimento Sindical;

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação das atas das reuniões de 24.08.05 e extraordinária de 14.08.05; 2) 7ª Conferência Municipal de Saúde; 3) Horas Extras / Resolução SMS nº 04/05; 4) Contratação de profissionais; 5) Hospital Mário Gatti; 6) Informes.

Dr. Gilberto iniciou a reunião colocando em votação as atas das reuniões de 24.08.05 e extraordinária de 14.09.05, que foram aprovadas pelos presentes com uma abstenção cada. Tendo em vista o processo de reorganização da atenção básica que vem sendo discutido na Secretaria de Saúde, Dr. Pedro solicitou o adiamento da 7ª Conferência Municipal de Saúde, que havia sido marcada para o período de 25 a 27 de novembro, propondo como data indicativa o mês de março de 2006, informando que o assunto foi discutido pela Secretaria Executiva e que a maioria de seus membros concordou com a argumentação. Dra. Haydée, coordenadora do CS Vila Ipê, relatou reunião realizada com o Movimento Popular de Saúde onde essa discussão também esteve presente e a posição tomada foi de concordância com o adiamento, uma vez considerarem que os movimentos sociais também estão desaquecidos para uma Conferência desse porte. Naquela reunião foi sugerido como tema central: "SUS Campinas: o desafio da construção democrática". Apresentou ainda proposta de que fossem realizados debates preparatórios sobre os seguintes temas: - Unidades Básicas de Saúde: modelos e modelagens, organização das ações, saúde da família; - atenção à urgência e emergência / atenção hospitalar; - serviços de referência e especialidades: matriciamento, centralização x horizontalização, direção do crescimento, saúde mental e sua transversalidade; - incorporação de tecnologia: política de medicamentos e equipamentos; - ambiente e saúde. A idéia é que a comissão organizadora desses debates contemplese os diversos segmentos interessados nessas discussões. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, tendo sido definido também que a Conferência será realizada no período de 17 a 19 de março de 2006. Dr. Gilberto solicitou à Secretaria Executiva que, junto com o Departamento de Saúde, tomasse as providências necessárias à organização dos debates e da Conferência. O próximo ponto da pauta era a discussão referente ao corte de horas extras e à Resolução SMS nº 04/05. Dr. Gilberto esclareceu aos conselheiros que no dia 31.08 o Prefeito, em função de estar sendo atingido o limite da lei de responsabilidade fiscal, determinou a suspensão de horas extras para toda a Prefeitura a partir do dia 05.09, mas que devido às especificidades da Secretaria de Saúde foi acordado que a determinação passaria a vigorar a partir de 01.10. Foi feito um estudo detalhado das situações geradoras de horas extras, do qual participaram não só os coordenadores distritais, mas também os coordenadores das Unidades e o Hospital Mário Gatti. Ficou decidido que nesse momento deveria ser estabelecida a horizontalização, pois a concentração da jornada de trabalho, de uma maneira geral, acabava gerando dificuldade de atendimento dentro dos períodos de atendimento das Unidades e Serviços. Ficou determinado, então, que os funcionários com jornada de trabalho de 36 horas deveriam cumprir no máximo 8 horas diárias; aqueles lotados nos serviços de urgência/emergência, que têm funcionamento ininterrupto, deveriam ter jornadas de 12 horas por 36 de descanso, com folgas previstas em escala, e 6 horas diárias em 6 dias da semana, também com folgas previstas em escala; e aqueles com jornada de 20 ou 30 horas, deveriam tê-la distribuída em 4 dias na semana, no mínimo. Dr. Gilberto fez a leitura da Resolução e esclareceu que o objetivo era promover a uniformização dos processos de trabalho em todas as instâncias da Secretaria e minimizar os efeitos da supressão das horas extras. Dr. Gilberto abriu a palavra aos presentes, tendo participado da discussão os senhores Moacir, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; Ivonilde; Maura, Diretora do Sindicato; Soeli; Isabel; Antonia; Silvana, funcionária do CS Vila Rica; Dorival, do CLS Santa Lúcia; João das Graças; Haydée; Lígia; Maria Izabel; Fátima, funcionária do CS São José; Graça, Coordenadora do CS Vista Alegre. Foram levantadas as seguintes questões: lei de responsabilidade fiscal só tem sido usada em prejuízo dos trabalhadores; o que estaria sendo feito pela Prefeitura visando reverter essa situação; sindicato também não defende as horas extras, mas sim o ingresso de trabalhadores no serviço público por concurso; preocupação dos trabalhadores com desassistência da população; contratação através de parceiros seria terceirização e sucateamento do SUS; indícios de demissão em massa de médicos; como ficariam as unidades que já vêm enfrentando problemas com a falta de pessoal; preocupação com possível redução no horário de funcionamento de algumas unidades; resolução dificultaria a possibilidade de um segundo emprego e se refere somente ao lado burocrático da questão; Secretaria deveria apresentar o volume de horas extras, sua distribuição por serviços e impacto na assistência com a suspensão; Conselho não pode permitir a redução do horário de funcionamento de qualquer serviço; necessidade de capacitação dos coordenadores para gestão de pessoal; coordenadores fazem muito mais do que as 36 horas; confusão entre modelo e modelagem. Dr. Pedro esclareceu que não estava sendo discutida mudança do modelo de atenção básica nem dos princípios e diretrizes do SUS, e sim a revisão da estratégia saúde da família. Respondendo aos questionamentos Dr. Gilberto colocou que, enquanto Secretário de Saúde, não deixará de levar adiante um projeto de reformulação e qualificação da saúde em Campinas, pois, nas visitas feitas às Unidades é possível verificar, além das dificuldades enfrentadas e carências básicas, que seu funcionamento não está adequado. Esclareceu que uma das diretrizes estabelecidas com relação às escalas foi de que não seja afetada a saúde da população e que as jornadas não sejam concentradas para facilitar o escalonamento, que deverá ser discutido pelos coordenadores e trabalhadores. Esclareceu ainda que não havia intenção da Secretaria em diminuir o horário de funcionamento de nenhum serviço. Refutou a idéia de que a Resolução seja contra o SUS, reforçando que ela visa a reorganização dos processos de trabalho, e que é o momento de colocar o serviço público acima dos interesses pessoais, reforçando o fato de que as horas extras comprovadamente não resolveram o problema do atendimento aos usuários. Colocou que o objetivo da resolução não era minimizar o papel dos coordenadores e sim destacá-lo, colocando sob sua responsabilidade a orientação das equipes. Considerou também que o adiamento da Conferência possibilitará o aprofundamento das discussões do modelo, através de análise criteriosa do que vem sendo ofertado aos usuários. Esclareceu que deverão ser contratados profissionais para suprir algumas das necessidades e que, com o recebimento das escalas, poderão ser sanadas eventuais dificuldades de atendimento em determinados horários. Passando para o próximo ponto da pauta, que era a contratação de profissionais, Dr. Gilberto esclareceu que essa solicitação de autorização para contratação pelo Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira tinha como objetivo suprir algumas lacunas estruturais no sistema, lacunas essas que estão levando à desassistência. Essas contratações seriam em caráter provisório, eventual, até que seja possível a realização de concurso público. Antes de passar a palavra à Sra. Silvia, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria, convidou o Sr. André para efetuar a leitura da carta encaminhada aos conselheiros pelo Conselho Diretor daquele hospital. Sr. André reforçou a parceria do hospital com o SUS Campinas, lembrando que aquele serviço tem convênio de co-gestão com a Secretaria desde 1990, fazendo um breve relato sobre a história da instituição. Informou que também fazem parte do Conselho Diretor profissionais da Secretaria de Saúde, representantes do Conselho Municipal de Saúde, funcionários da instituição, usuários e seus familiares. Colocou que, conforme diz a carta daquele Conselho, apesar do hospital ter como missão principal o atendimento qualificado às pessoas portadoras de transtorno mental, a instituição é completamente comprometida com a defesa e o desenvolvimento do SUS, razão pela qual se dispôs a apoiar a implementação do Programa de Saúde da Família desde 2001 e se dispõe, hoje, a auxiliar a "construção de uma alternativa que permita superar, no curto prazo, os obstáculos existentes para a normalização do atendimento prestado à população pela rede pública municipal de saúde". Sendo assim, uma vez que não há outra alternativa exequível nesse momento, propõe-se a fazer as contratações solicitadas pela Secretaria, em caráter emergencial e por tempo limitado, conforme a legislação trabalhista e a convenção coletiva de trabalho em vigor e rigorosamente dentro dos parâmetros e limites determinados pelo Conselho. Sra. Silvia, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria, colocou que nenhum dos gestores da Secretaria tem como primeira opção a contratação por outra instituição, uma vez serem todos defensores do concurso público, mas que diante da situação atual, essa era a única alternativa possível, pois a maior preocupação é com a assistência à população. Apresentou dados referentes aos profissionais já contratados pelo Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, esclarecendo que a maioria deles é de agentes comunitários de saúde, conforme Termo Aditivo nº 3 ao convênio. A proposta atual é de complementação das contratações, conforme segue: 41 médicos para as Unidades Básicas; 59 para os serviços de urgência/emergência e SAMU; 55 profissionais para o Hospital Mário Gatti, sendo 10 médicos, 42 auxiliares de enfermagem, 2 enfermeiros e 1 técnico de radioterapia; 30 profissionais para o SAMU, sendo 4 operadores de frota de ambulância, 12 técnicos de enfermagem, 10 atendentes de consulta, 4 enfermeiros. A proposta contemplaria, portanto, a contratação de 185 profissionais, com valor total de R\$ 576.949,68 mensais. Respondendo à Dra. Haydée que solicitou esclarecimentos acerca da aparente priorização da área hospitalar e de urgência/emergência, Sra. Silvia esclareceu que existem vários movimentos buscando minimizar a desassistência. Com relação à atenção básica está sendo feita a reorganização do processo de trabalho, que possibilitará o redimensionamento de pessoal em cada Unidade e com relação às horas extras foi feito um estudo onde se verificou que 75% delas eram realizadas nos serviços de urgência/emergência, o que torna imprescindível a reposição de pessoal nessas unidades devido às especificidades do atendimento lá prestado. Sra. Estela, enfermeira do CS São José levantou as seguintes questões: dificuldade de contratação de médico generalista; como seria resolvida a questão de recursos humanos do PS Campo Grande; critérios para remanejamento de profissionais. Sobre o médico generalista Sra. Silvia esclareceu que a dificuldade de contratação se deve ao fato de não haver profissionais formados no mercado, mas que há um investimento do Ministério da Saúde para que haja um número maior de residentes e especialização em saúde da família. Atualmente esses profissionais estão sendo contratados e capacitados em serviço. Com relação ao Pronto Socorro Campo Grande Dr. Gilberto colocou que já existe verba definida para construção no próximo ano, sendo essa e a construção do Hospital Ouro Verde as principais prioridades do governo, pois possibilitarão melhora na qualidade do atendimento, principalmente da atenção secundária e de urgência/emergência. Sra. Silvia informou que é prática da Secretaria, antes que aconteçam as contratações, fazer o remanejamento e que, em reunião com o Sindicato, foi feita a proposta de que fosse feito um "banco de interessados", pois assim poderia ser satisfeita a vontade do trabalhador. Dr. Gilberto reforçou a informação de que os contratos seriam temporários, através da CLT, segundo a política salarial do Cândido Ferreira, e que seria aproveitada a oportunidade para encerrar os contratos por Registro de Pagamento de Autônomo (RPA), tendo a Secretaria solicitado aqueles que têm esse tipo de contrato que se inscrevam para o processo de contratação. Sr. Valdomiro, um dos representantes do Conselho no Conselho Diretor do Cândido Ferreira, posicionou-se favoravelmente às contratações, uma vez entender que essa é a única maneira possível de fazê-las nesse momento. Sra. Ivonilde declarou não ter nada contra o hospital, pois conhece a qualidade e a importância do trabalho lá desenvolvido. Posicionou-se no sentido de que, enquanto dirigente sindical e trabalhadora da saúde, apesar

de não querer a desassistência na saúde, não concorda com essa forma de contratação. Declarou, naquele momento, seu "voto contrário às contratações, não pela desassistência, não pelo sucateamento do SUS". Dr. Pedro informou que já está liberada a contratação de 10 profissionais para a Saúde Mental, mas que até o momento não houve nenhum interessado. Dra. Haydé lembrou a todos que, apesar de não ser pela forma ideal, essas contratações são necessárias para cobrir as lacunas absolutamente emergenciais, não chegando nem a 30% da necessidade atual da rede. Terminados os esclarecimentos, Dr. Gilberto colocou a proposta de contratação em votação, tendo sido a mesma aprovada pelos presentes, com um voto contra e uma abstenção. Sra. Edna solicitou que constasse em ata sua declaração de voto favorável à proposta, por entender ser essa a única alternativa possível no momento. Sr. Ronaldo declarou que sua abstenção era devida ao fato de ter dificuldade em entender o processo de contratação. O último ponto da pauta era a discussão referente ao Hospital Mário Gatti. Dr. Rober colocou-se à disposição de todos para esclarecer eventuais dúvidas com relação ao relatório encaminhado aos conselheiros acerca dos questionamentos levantados pela comissão que visitou o hospital. Sr. Paulo informou que o relatório da comissão não havia sido apresentado ao Conselho em virtude da ausência do Dr. Rober na reunião onde ele seria discutido. Considerou que, pelo adiantado da hora, o tempo seria insuficiente para discutir as questões colocadas. Assim, foi feita a proposta de que a discussão fosse transferida para a próxima reunião e também ficaram convidados os conselheiros a participar da reunião do Conselho Local de Saúde do Hospital que acontece na primeira 4ª feira do mês. Finalizando, passou-se à seção de informes. Sra. Sílvia reforçou o convite a todos para que participassem da 1ª Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, marcada para os dias 7 e 8 de outubro, no Auditório Monsenhor Salim, Campus II da PUC Campinas. Informou também que o Seminário de Agentes Comunitários de Saúde seria realizado no dia 6 de outubro, das 8 às 13 horas, no Salão Vermelho. Comunicou que o Sr. Ricardo, que estava juntamente com outros conselheiros em evento sobre Controle Social em AIDS em São Paulo, encaminhou uma carta solicitando que, devido ao ocorrido na última reunião, à maneira como os senhores Roberto, Presidente da Associação Esperança e Vida, Vereador Peterson Prado, e Henry, assessor do vereador e advogado, se colocaram, o Conselho enviasse uma solicitação ao Presidente da Câmara de que fossem tomadas providências para retratação, inclusive para abertura de processo por falta de decoro parlamentar contra o Vereador, além de que fosse dado o mesmo tempo em seção da Câmara para que o Conselho apresentasse sua história e que houvesse acompanhamento por membro da ACADEC. Solicitou também que fosse enviada uma representação à OAB Campinas pelo fato do advogado ter declarado que tinha sido orientado a observar a reunião. Sra. Isabel declarou que tomou conhecimento dos fatos através da ata da reunião e considerou que o Conselho foi extremamente desrespeitado. Ficou decidido que caberia à Secretaria Executiva tomar as medidas necessárias ao encaminhamento do assunto. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

[retorna a relação de atas do CMS](#)